

Superior Tribunal de Justiça

**PET no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.497 - ES
(2019/0156613-4)**

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
REQUERENTE : SAVIO RIBEIRO DA SILVA
ADVOGADOS : VAGNER SOARES DE OLIVEIRA - ES013368
VINICIO DA SILVA SANTOS E OUTRO(S) - ES024157
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA

PETIÇÃO EM AGRADO REGIMENTAL EM AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS INFRINGENTES. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL OU REGIMENTAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. DEMONSTRAÇÃO DE DISSÍDIO. AUSÊNCIA. PROVAS PARA A CONDENAÇÃO DO RÉU. Pedido não conhecido (art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ).

DECISÃO

Em 10/9/2019, a Sexta Turma deste Superior Tribunal negou provimento ao agrado regimental interposto pelo ora peticionário, **Savio Ribeiro da Silva** (fls. 922/926).

Sucedo que, em 30/9/2019, a defesa do réu protocolizou a Petição n. 00629701/2019, na qual suscitou supostos embargos infringentes, aduzindo, em síntese, que comprovou o dissídio jurisprudencial (fls. 931/935).

Requer, assim, *o conhecimento e provimento dos embargos infringentes, para assim, reformar a sentença produzida em primeira instância* (fl. 934).

É o relatório.

O pedido é manifestamente inadmissível.

Com efeito, inexisto previsão legal ou regimental para a oposição de embargos infringentes contra *decisum* deste Superior Tribunal.

Mesmo que superado tal óbice, inclusive pela instrumentalização das formas, ao se considerar a oposição de embargos de divergência *in casu*, outrossim seria incabível a irresignação, pois **não** foi apontada divergência com acórdão de outra Turma, de Seção ou da Corte Especial (RISTJ).

Oportuna a transcrição da norma de regência (art. 266 do RISTJ):

Superior Tribunal de Justiça

[...] Art. 266. Cabem embargos de divergência contra acórdão de Órgão Fracionário que, em recurso especial, divergir do julgamento atual de qualquer outro Órgão Jurisdicional deste Tribunal, sendo:

I - os acórdãos, embargado e paradigma, de mérito;

II - um acórdão de mérito e outro que não tenha conhecido do recurso, embora tenha apreciado a controvérsia.

§ 1º Poderão ser confrontadas teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária.

§ 2º A divergência que autoriza a interposição de embargos de divergência pode verificar-se na aplicação do direito material ou do direito processual.

§ 3º Cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for do mesmo Órgão Fracionário que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros.

§ 4º O recorrente provará a divergência com certidão, cópia ou citação de repositório oficial ou credenciado de jurisprudência, inclusive em mídia eletrônica, em que foi publicado o acórdão divergente, ou com a reprodução de julgado disponível na *internet*, indicando a respectiva fonte, e mencionará as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados.

[...]

Ante o exposto, **não conheço** do pedido (art. 34, XVIII, *a*, do RISTJ).

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator